



ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

O MUNICÍPIO DE URUPÁ, Estado de Rondônia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 63.787.097/0001-44, Av. Jorge Teixeira de Oliveira, nº 4872, Bairro Alto Alegre, CEP: 76929-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. EZEQUIEL SALDANHA, brasileiro, casado, portador de cédula de identidade RG n. 701278 SESDEC/RO e CPF n.º 697.487.722-68., Rua Moisés Rodrigues, 2056, Bairro Novo Horizonte, Urupá-RO, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado a empresa....., com sede na cidade de Urupá, Estado de Rondônia, na, nº....., Bairro....., inscrita no CNPJ sob o nº....., neste ato representada pelo senhor, portador do CPF nº....., que também subscreve, doravante denominada de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o que segue:

I - DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: Credenciamento de empresas especializadas na administração, gerenciamento, implementação e fornecimento de cartões eletrônicos recarregáveis (vale-alimentação), destinados à operacionalização dos programas do Cartão Vale Feira do Município de Urupá-RO.

II - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

CLÁUSULA SEGUNDA: Para todos os efeitos legais, submete-se o presente contrato às disposições contidas no que couber na Lei Federal nº 14.133/2021, suas alterações bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- Edital de Credenciamento de Licitação nº 001/2026.
- Termo de Referência.
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.



PARÁGRAFO ÚNICO: Os documentos referidos, são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

III – DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante termo de aditivo, desde que haja interesse da Administração e sejam mantidas as condições de habilitação e execução.

CLÁUSULA QUARTA: A prorrogação da vigência contratual dependerá de manifestação formal da Administração, devidamente justificada quanto à vantajosidade e à continuidade da execução do objeto, observada a legislação vigente.

IV – DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA QUINTA: O regime de execução contratual, o modelo de gestão, bem como os prazos, condições de entrega, recebimento provisório e definitivo, estão definidos no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA: A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pela Administração, na forma do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades da contratada.

PARÁGRAFO ÚNICO: A fiscalização da execução do objeto será exercida pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, através do Fiscal de Contrato: Sra. Denize Wglia Gervasio de Oliveira e Gestora do Contrato: Sra. Ellen Suzi Monteiro Nobre.

V – SUBCONTRATAÇÃO



CLÁUSULA SÉTIMA: É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sob qualquer forma, sendo de inteira responsabilidade da contratada a execução integral das obrigações assumidas. O descumprimento desta vedação implicará a rescisão contratual imediata, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, conforme arts. 137 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

VI – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

CLÁUSULA OITAVA: Será de responsabilidade EXCLUSIVA dos Produtores Feirantes pagar ao contratado as devidas taxas de administração das máquinas para uso do cartão oferecido.

CLÁUSULA NONA: O valor das taxas deverá ser estimado pela contratada, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão do quantitativo efetivamente fornecidos.

VII – DO REAJUSTE (art. 92, V)

CLÁUSULA DÉCIMA: Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano. Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de solicitação do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados automaticamente, mediante a aplicação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), publicado pelo IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, conforme o disposto no art. 134 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste. No caso de atraso ou não divulgação dos índices de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo sejam divulgados os índices definitivos. Nas aferições finais, os índices utilizados para reajuste serão, obrigatoriamente, os definitivos. Caso os índices estabelecidos para reajustamento venham a ser extintos ou de qualquer forma não possam mais ser utilizados,



serão adotados, em substituição, os que vierem a ser determinados pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo. O reajuste será realizado por apostilamento.

VIII – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 1.1. Fornecer todas as informações, documentos e condições necessárias para a adequada execução dos serviços.
- 1.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual, garantindo o cumprimento das obrigações contratuais e legais por parte da contratada.
- 1.3. Comunicar à contratada, com antecedência, alterações que possam impactar a execução dos serviços, incluindo datas, prazos, local ou condições de atendimento.
- 1.4. Garantir acesso às instalações, quando necessário, para a prestação adequada dos serviços ou entrega de bens.
- 1.5. Manter sigilo e confidencialidade sobre informações, dados ou documentos recebidos da contratada, exceto quando houver obrigação legal de divulgação.
- 1.6. Registrar e formalizar ocorrências relacionadas ao contrato, emitindo pareceres, notificações ou solicitações de adequação quando necessário.
- 1.7. Disponibilizar suporte e orientação à contratada, quando requerido, visando à adequada execução do objeto.

IX – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1.8. Executar os serviços ou fornecer os bens com qualidade, pontualidade e em conformidade com as especificações técnicas, normas legais e regulamentos aplicáveis.
- 1.9. Cumprir todos os prazos estabelecidos no contrato ou no Termo de Referência.
- 1.10. Manter a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a vigência do contrato, apresentando, sempre que solicitado, os documentos comprobatórios.



- 1.11. Responsabilizar-se por defeitos, falhas ou inconformidades, efetuando correções sem custos adicionais, dentro do prazo determinado pelo contratante.
- 1.12. Garantir a confidencialidade de informações, dados e documentos acessados em razão do contrato, abstendo-se de utilizá-los para fins diversos
- 1.13. Comunicar imediatamente ao contratante quaisquer fatos que possam comprometer a execução dos serviços ou o cumprimento das obrigações contratuais.
- 1.14. Manter estrutura física, equipamentos e pessoal adequados para a execução do objeto, conforme exigido no Termo de Referência.
- 1.15. Cumprir integralmente a legislação vigente, incluindo normas de proteção de dados pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD) e demais disposições legais aplicáveis.
- 1.16. Assumir total responsabilidade civil, administrativa e criminal por danos decorrentes da execução do objeto contratual ou de atos de seus prepostos.

X – DAS CONDIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA: As partes obrigam-se a cumprir integralmente a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), relativamente a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo eventualmente firmado, desde a apresentação da proposta, independentemente de declaração ou aceitação expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA: Compete exclusivamente ao Município dirimir quaisquer situações omissas, duvidosas ou singulares relacionadas ao contrato, aos projetos, às especificações, às leis, às normas e a todos os demais atos vinculados direta ou indiretamente ao objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA: O presente contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, e as partes se sujeitam às suas disposições para solução de omissões ou divergências na execução, ficando o contrato vinculado ao processo licitatório, à proposta apresentada pela CONTRATADA e às condições de fornecimento dos serviços ora contratados.



XI – DA GARANTIA CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA: A CONTRATADA deverá apresentar garantia de execução, nos termos da Lei nº 14.133/2021, podendo optar por uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária. Considerando que a execução contratual envolve a gestão de recursos públicos destinados à operacionalização do Programa Cartão Vale-Feira, dos quais a CONTRATADA atuará como depositária, tais valores integrarão a base de cálculo da garantia contratual.

XII – DA RESCISÃO CONTRATUAL E DA MULTA

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA: O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal 14.133/2021, com as consequências indicadas no artigo 139, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste contrato. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurando o direito à prévia e ampla defesa. No caso de rescisão antecipada deste contrato, já sendo promovida a execução dos trabalhos, será assegurado ao CONTRATADO a percepção integral dos valores concebidos na cláusula quinta, de acordo com o critério de produtividade previsto nos respectivos parágrafos.

XIII - DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA: Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste contrato, por extrato, até 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura, em conformidade com a legislação aplicável, devendo esta ocorrer no Diário Oficial do ente federativo correspondente, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Portal da Transparência ou site oficial da Prefeitura.

XIIV – DAS ALTERAÇÕES



CLÁUSULA DÉCIMA-NONA: O presente contrato poderá ser alterado, mediante termo aditivo, nos casos e condições previstos no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, observadas as hipóteses de modificação unilateral ou consensual permitidas pela legislação vigente.

XV – DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI Nº 13.709/2018

CLÁUSULA VIGÉSIMA: É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA: As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n.13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA: Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste Aviso de Contratação Direta, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA: A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

XVI – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUARTA: As despesas decorrentes do presente credenciamento correrão por conta das dotações próprias previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do



exercício vigente, bem como em créditos adicionais que, se necessários, forem abertos para este fim.

XVII – DO FORO

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUINTA: Fica eleito o foro da Comarca de Alvorada D'Oeste-RO para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste Edital, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Local e data.

EZEQUIEL SALDANHA

Prefeito do Município de Urupá-RO

Contratada

Gestor do Contrato

Fiscal do Contrato